



Anais da Assembléia

Nº 05

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 19 DE FEVEREIRO DE 1991

ANO XVII

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 02.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 1991

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Antônio Toti Colaço, Arlindo Troian, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Carlos Simões, César Silvestri, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Florisvaldo Fier, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, José Afonso Júnior, José Alves, José Colombino Grassano, José Durval Amaral, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Nelson Garcia, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulo Maia e Severino Pessoa (40). Achar-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Antônio Costenaro Neto, Caíto Quintana, Clayton Crisóstomo, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, José Artur Ricci, Luiz Antonio Setti, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Ovídio Constantino, Plauto Miró, Rafael Grêca, Renato Adur e Valdir Rossoni (14).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Indicações:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Tenho a honra de indicar a essa Presidência, o nome do Deputado COLOMBINO GRASSANO, para, nos termos regimentais, compor

como representante do Partido Liberal, a Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, e, em quaisquer outras Comissões em que se deva respeitar a proporcionalidade da representação partidária.

Ao ensejo, renovamos a Vossa Excelência nossos protestos de consideração e apreço.

Sala das Sessões, em 19.02.91.

(a) COLOMBINO GRASSANO

Líder do PL

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Vimos, através do presente, na condição de Líder da Bancada do PMDB e na conformidade das disposições regimentais, indicar os Deputados que constituirão as Comissões Permanentes, na qualidade de Titulares ou Suplentes para o próximo biênio, na forma que segue discriminada:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Carlos Simões	Artagão Mattos Leão
Djalma de A. César	Dirceu Manfrinato
Durval Amaral	José Afonso Júnior
Luiz Carlos Martins	Neivo Beraldin

COMISSÃO DE FINANÇAS

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Durval Amaral	Cleiton Crisóstomo
Renato Adur	Neivo Beraldin

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Cleiton Crisóstomo	Artagão Mattos Leão
Neivo Beraldin	Durval Amaral

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Dirceu Manfrinato	Edson Lino
Severino Félix	Renato Adur

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Artagão Mattos Leão	Dirceu Manfrinato
Dobrandino Silva	Luiz Carlos Martins

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
José Afonso Júnior	Dobrandino da Silva
Renato Adur	Luiz Carlos Martins

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Edson Lino	Dobrandino da Silva
Severino Félix	Nilton Barbosa

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Carlos Simões	Nilton Barbosa
Djalma de A. César	Severino Félix

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Cleiton Crisóstomo	Djalma de A. César
Edson Lino	José Afonso Júnior

COMISSÃO DE REDAÇÃO

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Artagão Mattos Leão	Carlos Simões
José Afonso Júnior	Severino Félix

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Birceu Manfrinato	Djalma de A. César
Nilton Barbosa	Renato Adur

COMISSÃO DE TURISMO

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Dobrandino da Silva	Artagão Mattos Leão
Nilton Barbosa	Carlos Simões

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Cleiton Crisóstomo	Edson Lino
Neivo Beraldin	Luiz Carlos Martins

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Luiz Carlos Martins	Dobrandino da Silva
Neivo Beraldin	Durval Amaral

Informamos ainda que o Deputado Caíto Quintana e o signatário do presente, deixam de participar das Comissões pelo fato de exercerem a função de Líder do Governo e Líder da Bancada, respectivamente.

Sendo o que se apresenta para a oportunidade, reiteramos a Vossa Excelência, protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 19.02.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

Líder do PMDB

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 032

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja marcada para o dia 08 de março de 1991, a entrega do Título de Cidadã Benemerita do Paraná, a Doutora ROSY DE MACEDO PINHEIRO LIMA, primeira Deputada eleita para a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

A solenidade que naquela data acontecerá, no Plenário desta Casa de Leis, alusiva ao Dia Internacional da Mulher, ganhará maior significado com a presença da primeira mulher a ocupar uma cadeira neste Poder e, sem dúvida, simbolizará a parti-

cipação atuante da mulher na sociedade.

Sala das Sessões, em 19.02.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 022

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de pesar pelo falecimento, dia 10 de fevereiro passado, do Senhor ROMÁRIO RODRIGUES DE LIMA, antigo morador de Marmeleiro.

Requer-se, mais, que do ato se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 19.02.91.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Perdeu o município de Marmeleiro, um dos seus mais prestigiosos membros e entusiasmado pioneiro. Chegou àquele Município por volta de 1960, em companhia de sua esposa, dona Georgina de Oliveira Lima, logo se destacando como membro ativo na cidade ainda em formação. Além da sua atividade profissional, o nosso homenageado exerceu as funções de Delegado de Polícia, tendo sido eleito para o cargo de Vereador, o qual exerceu por três Legislaturas. Deixou para seus 12 filhos, demais familiares, amigos e companheiros, um exemplo digno de trabalho incansável, que ora homenageamos, também em nome do Poder Legislativo paranaense.

REQUERIMENTO N° 024

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação na Ata da presente sessão, de voto de congratulações ao Vereador INÁCIO PEREIRA PINTO, do Partido da Frente Liberal, por sua eleição como novo Presidente da Câmara Municipal de Umuarama.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja dada ciência ao referido Legislativo Municipal.

Sala das Sessões, em 19.02.91.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO N° 035

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação de voto de congratulações pelo lançamento da TRIBUNA DE ARAUCÁRIA, neste mês de fevereiro de 1991.

Requer, outrossim, que do presente se dê ciência aos proprietários do jornal, sito à Rua João Soares Barcelos, n° 854, CEP 81.500, Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 19.02.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A criação de um jornal carrega intrinsecamente a responsabilidade de integrar as comunidades, tornando-se canal de comunicação entre o leitor e os organismos públicos.

Informativo preciso, independente, sério e honesto, são qualidades que tenho certeza nortearão todas as edições de tal periódico.

REQUERIMENTO N° 027

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à douta Mesa Executiva, a inserção nos Anais da Casa, de voto de louvor e congratulações à VOLVO DO BRASIL, pela conquista do Troféu de Ouro da International Public Relations - IPRA.

A conquista do troféu se reveste de grande importância para o Paraná, uma vez que foi merecido, num concurso mundial que reuniu 100 trabalhos, inscritos por 23 países e o vencedor saiu do Departamento de Relações Públicas da Volvo, instalada no distrito industrial de Curitiba que, sob a coordenação geral do eficiente profissional J. Pedro Correa, vem desenvolvendo o Programa Volvo de Segurança no Trânsito.

O programa, inspirado pelos princípios de segurança que norteiam a Volvo desde 1943, vem buscando conscientizar as autoridades brasileiras e sociedade, para um dos problemas mais graves que enfrentamos: a violência no trânsito, que continua matando 50.000 pessoas por ano e mutilando outras 350.000; além de ser responsável por prejuízos materiais da ordem de 2 bilhões de dólares anuais.

Conforme palavras do Juiz Octávio César Valeixo, uma das maiores autoridades em trânsito no Brasil, "em quatro anos, o Programa Volvo de Segurança no Trânsito fez muito mais do que o poder público nas últimas duas décadas", o que o faz merecedor não apenas do troféu conquistado, como do louvor e agradecimento desta Casa Legislativa.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma seja dado conhecimento a Presidência da Volvo do Brasil, ao Senhor J. Pedro Correa, Coordenador do Departamento de Relações Públicas da Volvo e responsável pelo Programa Volvo de Segurança no Trânsito - Cidade Industrial de Curitiba; e ao Doutor Octávio César Valeixo, Juiz Titular da 1ª Vara de Delitos de Trânsito de Curitiba; e ao Presidente do Conselho Nacional de Trânsito.

Sala das Sessões, em 19.02.91.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 028

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos desta sessão, um voto de louvor ao Doutor CARLOS SIMÕES DOS SANTOS PIMENTA, dentista paranaense, agraciado, em São Paulo, com menção honrosa do Prêmio Governador do Estado, pelo seu invento, um irrigador para o tratamento odontológico.

O prêmio, concedido pelo Serviço Estadual de Assistência de Inventos - SEDAI -, do Estado de São Paulo, um dos mais importantes lauréis concedidos na área tecnológica, é voltado a inventores, pesquisadores e técnicos vinculados a entidades dedicadas à ciência e tecnologia, em todo o país.

Requer, outrossim, que do presente requerimento, uma vez aprovado, seja dada ciência ao homenageado, através do Departamento de Odontologia, da Universidade Federal do Paraná.

Sala das Sessões, em 19.02.91.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 018

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado, em caráter de urgência, ao Doutor ALBERTO POLICARO, Presidente do Banco do Brasil em Brasília, no sentido de determinar seja reestudada a decisão de fechamento da Agência do Município de CRUZ MACHADO.

Sala das Sessões, em 19.02.91

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Anexamos a este requerimento ampla documentação encaminhada pelo Excelentíssimo Senhor Doutor MIECZISLAW OTTO, Prefeito Municipal de Cruz Machado, onde justifica com muita propriedade, com detalhamento de todos os dados e demonstrativos gráficos sobre a potencialidade do Município em grande desenvolvimento, depois da instalação da Agência do Banco do Brasil, e do asfaltamento da rodovia ligando o município com os grandes centros.

Se concretizado o fechamento da agência, trará enormes prejuízos econômicos e sociais. Destacamos, inclusive, o relevante papel social que desempenha, além do apoio ao desenvolvimento industrial, agropecuário e comercial.

O Banco do Brasil investiu no município de Cruz Machado, colaborou para o desenvolvimento e agora, encarecemos para que continue, para, junto com as classes produtoras e comunidade regional, colher os resultados positivos com o surto do progresso advindo da recuperação desta re-

gião paranaense de grande potencial.

REQUERIMENTO N° 019

Senhor Presidente.

O Deputado ALCEU SWAROWSKI, que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Álvaro Fernandes Dias, solicitando providências para o efetivo retorno do IPE - Instituto de Previdência do Estado, ao indispensável atendimento de consultas médicas aos senhores servidores, e bem assim, ao atendimento hospitalar.

Sala das Sessões, em 19.02.91

(a) ALCEU SWAROWSKI

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição vem ao encontro das reivindicações mais urgentes dos servidores beneficiários, que necessitam consulta médica imediata.

Confiamos na alta sensibilidade de Vossa Excelência.

Tais atendimentos foram sempre uma constante, desde a fundação e criação do IPE, verdadeiro patrimônio da nobre classe dos funcionários públicos estaduais.

REQUERIMENTO N° 010

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER, que seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor, FRANCISCO DELIBERADOR NETO, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que seja enviado esforços para a pavimentação asfáltica, ligando os municípios de IPORÃ à PALOTINA, passando pelo Distrito de Oroitê a localidade de Porto Catarinense, respectivamente.

Da aprovação deste, Requer ainda, que seja dada ciência ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Iporã, ao Senhor Vereador Moisés Mendes e ao Senhor João Santos residentes em Iporã.

Sala das Sessões, em 19.02.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A comunidade de Iporã e Palotina, sem dúvida alguma se beneficiará com o asfaltamento do trecho acima aludido, principalmente, considerando-se que os Distritos separados pelo Rio Piquiri, recebem grande movimento de veículos.

REQUERIMENTO N° 021

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente a Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, objetivando o pagamento do Con-

vênio com a Prefeitura Municipal de RIO AZUL.

Atendendo o apelo do Senhor MÁRIO PIETROSKI, Ilustre Prefeito de Rio Azul, o Município não tem recebido o repasse de recursos financeiros no que tange ao Convênio firmado para o pagamento de professores e auxiliares de serviços gerais, cujo o atraso é dos meses de novembro, dezembro e janeiro, bem como o 13° salário.

Tendo em vista tratar-se de um assunto de inegável relevância, espera-se que as providências sejam tomadas o quanto antes, pondo fim aos incontornáveis transtornos decorrentes de tal situação.

Sala das Sessões, em 19.02.91.

(a) ANTÔNIO TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 025

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor ALVARO DIAS Mui Digno Governador do Estado do Paraná, no sentido de que Sua Excelência determine que se inclua em seu programa de ampliação da malha ferroviária no Estado do trecho entre os Municípios de Cianorte a Guaíra.

Sala das Sessões, em 19.02.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A Guerra do Golfo acelerou a crise do Petróleo e tal como as grandes nações também o Brasil, enfrentam dificuldades sérias no combustível, componente importante no desenvolvimento do País.

O abastecimento racionado prejudica a movimentação de veículos, o transporte de safra de mercadoria e de pessoas, restando como grande alternativa a utilização da ferrovia, principalmente para o transporte de carga pesada e para o escoamento de grãos.

Relegada a plano inferior em outras épocas a linha férrea será a saída urgente para superar a falta do petróleo e por isto reivindica a região de Umuarama a participação do Governo do Estado na ampliação da Estrada de Ferro no trecho de Cianorte até Guaíra, trazendo um grande alento para o Noroeste do Estado.

REQUERIMENTO N° 026

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente a Excelentíssima Senhora MARGARIDA MARIA MAIA PROCÓPIO, Digníssima Ministra de Estado da Ação Social no sentido de reivindicar a liberação de recursos financeiros para a construção de casas populares para famílias de baixa renda, no

Município de Icaraíma.

Sala das Sessões, em 19.02.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A defasagem entre a oferta e a demanda caracteriza sempre em desequilíbrio quando se trata de habitação.

A população quanto mais carente, quanto mais desprotegida economicamente, obviamente, menor são as condições de adquirir um imóvel para a moradia da família. Esse "déficit" se agrava ainda mais nos municípios pequenos, cuja comunidade se desespera para sobreviver dos poucos recursos para alimentação, remédios, não tendo as mínimas condições de possuir casa própria.

O Governo Federal, através do Ministério de Ação Social, em programa de mutirão, tem ajudado em muito a amenizar esse problema, e contando com essa participação é que gostaríamos de incluir o Município de Icaraíma neste Programa Social.

REQUERIMENTO N° 034

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Dr. ALCENI GUERRA, Digníssimo Ministro da Saúde, no sentido de que sejam viabilizados recursos financeiros para a construção de um mini-hospital no Distrito de Perobal, Município de Umuarama.

Sala das Sessões, em 19.02.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A municipalização da saúde, acarretou encargos para os municípios de formas avassaladora e transferiu para esses responsabilidades aos quais não estavam preparados.

O crescimento populacional e o empobrecimento gradativo das famílias, principalmente aquelas mais afastadas dos centros urbanos, leva-nos a reivindicar ajuda do Governo Federal, pois a alocação de recursos de Brasília, do Ministério da Saúde, para construção de mini-hospitais nos Distritos, é a garantia que a preocupação social está sendo levada a sério pelos nossos governantes.

REQUERIMENTO N° 036

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de Expediente Oficial da Assembléia Legislativa ao Excelentíssimo Senhor ALCENI GUERRA, digníssimo Ministro da Saúde e Representante do recém-criado Ministério da Criança, no sentido que determine a alocação de recursos financeiros para a

construção de uma Unidade Educacional Profissionalizante para crianças abandonadas, em Umuarama.

Requer-se outrossim, que da decisão da Casa, dê-se ciência ao Excelentíssimo Prefeito Municipal de Umuarama Senhor Alexandre Ceranto, ao Excelentíssimo Senhor Inácio Pereira Pinto, mui digno Presidente da Câmara Municipal do Município.

Sala das Sessões, em 19.02.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A destinação de verbas, objeto do presente requerimento advém da proposta de realizar o mais breve possível de um dos sonhos do atual Prefeito Municipal de Umuarama, o qual seja oferecer aos menores abandonados, aqueles que vivem perambulando pelas ruas da cidade, sem uma família com estrutura e condições de oferecer um futuro melhor, que sejam abrigados numa escola com possibilidades de receberem ensinamentos profissionalizantes, preparando-os para uma profissão, garantindo um emprego e desviando-os da marginalidade, do ócio e da miséria.

O Governo Federal ao propiciar às crianças abandonadas uma perspectiva concreta de sobrevivência, através da institucionalização do problema do menor de rua, cumpre o seu papel e seu compromisso restando aos municípios incrementar e estimular esse programa.

Umuarama irá com certeza promover a par de seu crescimento industrial a promoção humana com a concretização dessa Escola.

REQUERIMENTO N° 020

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento de correspondência dirigida ao Excelentíssimo Senhor Chefe da CASA CIVIL, no intuito da criação e enquadramento de professores e funcionários da FACULDADE DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E LETRAS DE IRATI, na estrutura administrativa da UNICENTRO - Universidade do Centro-Oeste.

Como parte indispensável da incorporação da Faculdade de Irati à UNICENTRO, culminando com a sua estabilização, a criação e enquadramento do seu corpo docente já percorreu os seus trâmites legais, especialmente com o parecer da Secretaria de Estado da Administração, aguardando tão somente a sanção governamental.

Sala das Sessões, em 19.02.91.

(a) ANTÔNIO TOTI COLAÇO

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 010/91

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita, para que a população decida sobre criação do Município de MARILÂNDIA DO SUL.

"Começa no cruzamento da Estrada Mauá no Rio Apucarantina, subindo por este até a foz do Rio Valência, pelo qual sobe até a sua nascente mais próxima do Córrego Queimado, de onde por linha seca alcança a nascente do Córrego Queimado, e por este abaixo até a sua foz no Rio do Meio, pelo qual desce até alcançar o Rio Preto, daí sobe por este até a sua cabeceira mais alta (próximo do morro do Mulato), daí até a cumiada da Serra do Cadeado, seguindo pela cumiada desta até a cabeceira mais alta do Rio das Antas, pelo qual desce até o cruzamento da Estrada dos Caetanos, por esta até a estrada Ribeirão do Meio, seguindo pela referida Estrada no sentido Nordeste até alcançar a Estrada Fazenda Panonia, segue por esta até a Estrada Engenho Velho, segue por esta até alcançar a Estrada Lagoa Mauá, por esta até alcançar o Rio Apucarantina, ponto de partida.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.02.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

Projetos de lei:

PROJETO DE LEI N° 014/91
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedida à Emília Decarli Piazza, viúva do ex-Prefeito e ex-Vereador do município de Toledo, uma pensão mensal no valor de Cr\$ 31.790,92 (Trinta e um mil, setecentos e noventa cruzeiros e noventa e dois centavos).

§ 1º - O valor de que trata o "caput" deste artigo será atualizado por ocasião dos reajustes de vencimentos do funcionalismo, nos mesmos percentuais e época de vigência.

§ 2º - A pensão de que trata esta Lei, deixará de ser devida caso a beneficiária venha a contrair novas núpcias.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, surtindo efeito a partir de 1º de fevereiro de 1991.

Sala das Sessões, em 19.02.91

(a) DUÍLIO GENARI.

Apoiamento: João Arruda, Lourenço Fregone se, Domingos Carvalho e uma ilegível.

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a presente solicitação em consideração a situação atual em que a Se-

nhora Emília Decarli Piazza, esposa do Senhor Joaquim Piazza ex-Prefeito do município de Toledo e ex-Vereador, em idade avançada e sem condições de sustento próprio, não podendo menosprezar o profícuo trabalho e dedicação de sua família na pessoa do ex-Prefeito, que no espaço de tempo em que se dedicou àquele município, trouxe inúmeros e reconhecidos benefícios à citada comunidade.

PROJETO DE LEI N° 015/91

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criado o Colégio Agrotécnico Estadual "Padre Olímpio-Jesuítas" a ser instalado na sede do município de Ivaiporã e que funcionará nos moldes dos demais Colégios Agrícolas do Estado.

Art. 2º - A Direção do Colégio e a Secretaria de Estado a que pertencer, em convênio com o ITCF, firmarão contrato de COMODATO em áreas de terras estaduais, disponíveis para ali realizar as aulas práticas e experimentais.

Parágrafo Único. Também acrescentarão cursos e disciplinas que a modernização agropecuária reclama e, também para aperfeiçoamento das novas gerações rurícolas.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.02.91

(a) ORLANDO PESSUTI.

JUSTIFICATIVA:

A grande vocação agrícola do Vale do Ivaí merece ser melhor aproveitada, de tal forma que áreas disponíveis do Estado, possam ser utilizadas para servirem a nobres propósitos que, seguramente, redundarão em benefício de jovens que se ocuparão, mais tarde, em lides agrícolas que, pelas técnicas adquiridas e aplicadas, serão bem sucedidas.

Também há de se ressaltar que há muito Ivaiporã pleiteia um Colégio Agrotécnico, capaz de orientar e formar jovens vocações, capacitando-as para exercerem atividades no campo da produção agrícola.

O Colégio Agrotécnico de Ivaiporã estará, igualmente, apto a absorver alunos excedentes de outros colégios agrícolas, como é o caso de Apucarana, Maringá e outros Municípios.

Por tudo isto, esperamos que os nobres Pares com assento nesta Casa de Leis, apoiem a aprovem a criação do Colégio Agrotécnico Estadual "Padre Olímpio-Jesuítas" que, com o seu nome, homenageará um dos últimos padres jesuítas, que faleceu em Curitiba, em pleno exercício de suas funções de Professor.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está

aberta a Sessão. Lida e Aprovada a Ata. Não havendo expediente a ser lido, no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Nós acreditamos que nesta Casa há necessidade de se fazer menção à atuação do partido Socialista Brasileiro, vista a eleição da Mesa quando nos posicionávamos juntos com aqueles que viam as propostas apresentadas como sendo ideais para esta Casa, parece que pairou dúvida em alguém sobre o trabalho que o PSB representaria junto a este Parlamento.

Nós estaremos aqui defendendo, com toda voz, o direito do trabalhador; nos somaremos àqueles que vêm na luta do trabalhador, o objetivo maior da representação nesta Casa, porque como tal foi por estes trabalhadores que nós chegamos a este Plenário, por isso, nos somaremos a partidos, nos somaremos a Deputados que venham a esta Casa, a procura da solução dos problemas da classe trabalhadora. Por isso, nós estamos fechando com blocos, não estamos fazendo aqui um apoio restrito ou irrestrito ao Governo atual, muito menos ao governo futuro; nós criticaremos aqui neste Plenário aqueles que atuarem de forma desonesta, aqueles que atuarem contra os interesses da classe trabalhadora, que é o objetivo maior da nossa representação.

Por isso, o nosso compromisso neste Plenário é de independência. O compromisso do Partido Socialista Brasileiro neste Plenário, é na defesa da luta da classe trabalhadora. E como tal, no dia de hoje, em nome do Partido Socialista Brasileiro, nós queremos deixar registrado nos Anais desta Casa o que acontece hoje com os Funcionários Públicos Municipais do Município de Ivaiporã.

Lamentavelmente, há poucos dias, as Prefeituras paravam requisitando, exigindo do Governo e deste Parlamento, faziam greve para que este Parlamento aprovasse uma verba de suplementação; criticavam este Parlamento pela sua postura; hoje, quando os funcionários públicos municipais de Ivaiporã vão à greve, porque desde o mês de dezembro nós vemos uma questão de desrespeito para com aqueles servidores, vemos Presidente do sindicato ser levado pela polícia até a delegacia e lá ficar retido por duas horas, vendo, posteriormente, que esta é uma decisão totalmente arbitrária, voltaram atrás.

Por que estes funcionários fazem mais uma vez esta manifestação em Ivaiporã? Fazem porque já no mês de dezembro recebiam os seus "cheques frios", pagamentos com "cheques frios"; depois no mês de janeiro, Ivaiporã teve que ter as suas contas blo-

queadas porque há vinte dias os funcionários não recebiam; neste momento, hoje, 80% dos funcionários daquela Prefeitura receberam salário mínimo e, infelizmente, até a este período estão sem receber, estão passando necessidade, estão reivindicando simplesmente aquilo que lhes é de direito. E nós nos somamos a eles, queremos que as coisas se acertem, queremos que os servidores públicos sejam respeitados e este é o objetivo maior da nossa representação neste Plenário.

Consignamos também, neste momento, um voto de louvor em nome do Partido Socialista Brasileiro pela iniciativa da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, ANDES, pela realização do 10º Congresso Nacional daquela entidade aqui em Curitiba/Paraná, que muito enaltece este Estado, que muito enaltece a nobre missão dos docentes, que estão preocupados com o caos que está imposto também não só ao ensino de primeiro e segundo graus, mas o caos em que está jogado o ensino de terceiro grau, no desgoverno que se implantou neste País; governo da mídia, muito pouco diferente daquilo que se faz também neste Estado, Governo que se promove através da mídia, através do dinheiro do povo, através do dinheiro público para se autopromover, procurando se justificar em cima do funcionário público, em cima da desgraça deste trabalhador, as incompatências da administração.

Era só, Senhor Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Encerrado o Pequeno Expediente, concedo a palavra no Grande Expediente, ao Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O compromisso com a verdade exigiu a ruptura, sem meias medidas com as práticas viciadas que traziam enormes prejuízos ao erário. Caso por exemplo das aposentadorias ilegais, no enfrentamento de forças tão poderosas quanto malévolas.

Palavras proferidas pelo Sr. Governador do Estado no último dia 15 deste mês, quando estive aqui nesta Casa.

Nós hoje estranhamente, abrindo os jornais do dia, deparamos com notícias dando conta que o nosso Governador do Estado está prestes a ingressar perante o Supremo Tribunal Federal arguindo a inconstitucionalidade da lei que criou o FEPPA e nós não poderíamos deixar de perceber e refletir sobre a coerência e o verdadeiro compromisso com a verdade que nós estamos vendo tão propagada pelo nosso Excelentíssimo Governador do Estado.

Esse Governador que gasta rios de di-

nheiro, dilapida o patrimônio público com propaganda deste Estado para apregoar aos quatro ventos que o compromisso maior e a obra maior de seu governo, foi a verdade, parece que anda com memória um pouco curta.

Nós achamos estranha essa posição do Governador, falando em argüir a inconstitucionalidade do FEPPA, quando nós lembramos que no ano passado, desde 1988, numa petição endereçada ao Supremo Tribunal Federal e novamente refeita, tendo em vista a promulgação da nova Carta Magna, uma petição de agosto de 1988, o Deputado Pedro Tonelli, da Bancada Petista nesta Casa ingressou com uma ação já desse teor perante o Supremo Tribunal Federal.

Então nós poderíamos e vamos apresentar à Mesa, um requerimento que esperamos seja aprovado pelos Senhores, no sentido de encaminhar ofício ao Governador do Estado, para que determine ao Procurador do Estado que acompanha a ação já impetrada pelo Deputado Pedro Tonelli, até para que nós não incorramos em litispendência, já que há uma ação com o mesmo objeto tramitando perante o Supremo Tribunal.

Agora, eu gostaria de chamar também aqui alguns fatos, já que o nosso compromisso de todos, parece ser com a verdade. Eu tenho aqui em mãos cópia da Ata da Sessão do dia 18 de abril de 1974, publicado no Diário da Assembléia da mesma data.

Nesta Ata consta aqui a aprovação em 2.^a Discussão do Projeto de Lei n° 280/76 de autoria da Comissão Especial, criação do FEPPA, que cria o Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar - FEPPA, com personalidade jurídica própria e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ e CF, em regime de urgência, aprovado artigo por artigo.

Quem estava presente na sessão, entre outros, o Sr. Álvaro Dias, que ajudou a criar o famigerado FEPPA, que hoje parece pretender ingressar no Supremo Tribunal Federal para discutir a sua constitucionalidade.

Não bastasse isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós lembramos que o ilustre Governador já é aposentado pelo IPC, paradigma e similar do FEPPA, do Congresso Nacional, tanto como Senador como Deputado Federal. E para evitar esse constrangimento, que me parece que o ilustre Governador questiona, tão veementemente as aposentadorias que considera ilegais e imorais, nós apresentaremos uma emenda no sentido de extinguir definitivamente a aposentadoria dos Governadores de Estado.

Eu tenho certeza que este projeto não apenas contará com a subscrição, com o apoio, com a aprovação de todos os Deputados, como também essa medida será sancionada pelo ilustre Governador do Estado do

Paraná.

Então, neste sentido nós queríamos aqui colocar esta situação para os Srs. Deputados. É fundamental que a gente definitivamente comece a resgatar a verdade. Agora para isso, Srs. Deputados, há que se ter coerência, há que se lembrar o que se fez no passado e não às vésperas de um término de mandato, quando nós temos notícia que o nosso Governador percorre o País inteiro na busca de apoio na sua candidatura à Presidência da República, nós não podemos admitir que, primeiro parece que desconhece a ação que já foi proposta pelo Deputado Pedro Tonelli. Em segundo, quero lembrar e registrar aqui também que uma matéria publicada há alguns meses nos jornais, diziam o seguinte: "Palácio devolve a Lei do FEPPA sem sancionar. O Governador do Estado devolveu ontem sem sanção a lei que extingue o Fundo de Aposentadoria de Previdência Parlamentar - FEPPA." Dizia num outro trecho: "é um assunto de economia interna da Assembléia, em que o Governador não deveria se intrometer".

Então, nos causa profunda estranheza também porque naquela ocasião, em que o nosso Governador teve a oportunidade de vetar essa lei que considera inconstitucional, imoral. Por que não o fez? Por que está fazendo agora no apagar das luzes? Então, era isso?

Eu quero, então, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, apresentar primeiro esse requerimento que solicita ao Senhor Governador do Estado que determine ao Procurador que acompanhe essa ação de inconstitucionalidade que está perante o Supremo Tribunal Federal, ajuizada pelo nobre Deputado Pedro Tonelli, como também principalmente, esperamos contar com a assinatura e o apoio e a aprovação de todos os Parlamentares desta Casa para a nossa proposta de extinção definitiva da aposentadoria dos Governadores deste Estado.

Era isso e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Horário das Lideranças, consultamos o PTB. (Declina).

Com a palavra o PFL.

(Declina).

Com a palavra o PRN.

(Declina).

Com a palavra o PDT.

(Declina).

Com a palavra o PL.

(Declina).

Com a palavra o PT.

Com a palavra o Dr. Rosinha.

O SR. FLORISVALDO FIER - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Meu companheiro de Bancada Ernani Pudell lembrou um

trecho do discurso do nosso Governador Álvaro Dias a respeito do seu compromisso com a verdade. E disse Ernani que o nosso Governador tem gastado quantidade enorme de dinheiro em propaganda para dizer que ele é um bom governador e que está governando o Estado dentro de toda a probidade e dentro de toda a honestidade.

Probidade e honestidade questionável em muitos sentidos. Queremos abordar e pedir para que o Governador comece a pensar qual foi a probidade e honestidade da Secretaria Estadual de Saúde, de todos os secretários, com exceção deste último que, parece, lavou as mãos em dezembro, para também não ser submetido a mais uma corrupção.

Nesta Casa foi constituída uma CPI da Corrupção na área de saúde, com Delcino Tavares como Secretário e parece que nada concluído. Procuraremos verificar se nada foi concluído ou se não concluíram por questões políticas. Porque acreditamos, pela grande quantidade de denúncias, e por processos correndo na Justiça, que Delcino Tavares tem alguma culpa no cartório.

Depois veio Manoel de Almeida Neto como Secretário de Saúde, que hoje está sendo indiciado e respondendo processo junto ao Tribunal de Justiça, com comprovado desvio de verbas.

Achávamos que tinha parado por aí. Dois Secretários já sob suspeita de honestidade seria já muito. Mas no apagar das luzes do ano passado, a mesma empresa que tinha vencido uma licitação, da qual ficou comprometida a honestidade do ex-Secretário Manoel de Almeida, também ganhou esta licitação no final do ano. E está correndo, dentro da própria Secretaria de Saúde, uma sindicância para apurar, para ver se há alguma irregularidade ou não.

Portanto, é este compromisso com a verdade que o Governador Álvaro Dias parece que está faltando. E é este compromisso com a verdade que nós, da Bancada do Partido dos Trabalhadores, estamos cobrando neste Horário de Lideranças. Queremos dizer que vamos avançar o máximo possível nestas questões da Secretaria Estadual de Saúde.

O Sr. Orlando Pessuti - Permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Florisvaldo, acerca das CPIs. da Saúde, talvez sobre a CPI em relação ao mandado do Dr. Manoel o Deputado Algaci Túlio possa falar, porque o relatório apresentado pelo relator foi aprovado em projeto de resolução. Tramitou e foram aprovadas suas conclusões e acreditamos que esta Assembléia cumpriu seu dever.

Como cumpriu também no caso da CPI envolvendo a pessoal do Dr. Delcino Tavares. E disse muito bem Vossa Excelência, uma

CPI que pode ter tido, no seu decorrer, desdobramentos políticos. Aqueles que talvez não tenham acompanhado sabem que nós numa das sessões, como membro da CPI, pedimos naquela ocasião inclusive a renúncia do Presidente da CPI, na ocasião o Deputado Haroldo Ferreira, pela maneira como vinha conduzindo a CPI, de uma forma totalmente parcial, trazendo assuntos da CPI para este plenário antes que eles chegassem ao conhecimento dos membros da CPI. Acompanhamos as duas CPIs. O relatório na época da CPI do Dr. Delcino Tavares foi apresentado pelo Deputado Djalma de Almeida César, foi aprovado o relatório que ele apresentou e a CPI concluiu as suas finalidades.

Com relação a este período ainda, temos conhecimento e se fala tanto em irregularidades neste período, as contas da Secretaria da Saúde na gestão Delcino Tavares, todas foram aprovadas pelo Tribunal de Contas. Se formos analisar assim, estaremos colocando sob suspeição todos os integrantes daquele Egrégio Tribunal.

O SR. FLORISVALDO FIER - Nobre Deputado, vamos puxar novamente algum fio da meada a respeito desta CPI de Delcino Tavares.

A respeito da segunda, de Manoel de Almeida, ele já está sendo indiciado criminalmente. E a respeito do que citei ultimamente, do atual Secretário, já ouvi funcionários dizendo que o atual Secretário provavelmente nem sabe o que ocorre no setor, no departamento de compras daquela Secretaria. Mas nós vamos acionar o Ministério Público para verificar.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - PSDB com a palavra.

(Declina).

PMDB.

Com a palavra o nobre Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Fizemos chegar à Mesa, através da assessoria da Liderança do PMDB, o ofício em que apresenta à Mesa os nomes dos Parlamentares peemedebistas que irão integrar as Comissões Permanentes desta Casa, tanto da Comissão de Constituição e Justiça como das demais Comissões onde o PMDB, evidentemente, tem participação.

Gostaríamos também, Senhor Presidente, de contar com o apoio e aprovação dos Senhores Parlamentares ao requerimento que estamos apresentando, que solicita à Mesa que marquemos data para que possamos fazer outorga do Título de Cidadã Honorária do Paraná à ex-Deputada Rosy Pinheiro - a

primeira Parlamentar que teve o Estado do Paraná. Este Parlamento há mais de dois anos aprovou um projeto de nossa autoria outorgando este título e nós queremos promover a entrega deste diploma legal, já no início do mês de março, para que possamos, com justiça, prestar esta homenagem tão merecida à ex-Deputada Rosy Pinheiro.

Uma outra questão que gostaríamos de trazer ao conhecimento dos Senhores Parlamentares, e muitos já nos têm procurado para obter informações a respeito, e talvez nem todos sabem mas nós, na Assembléia Legislativa, nos últimos quatro anos, estivemos coordenando o Bloco Parlamentar Agropecuário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Por volta de 1985, fruto da vontade dos Senhores Parlamentares nesta Casa, em um requerimento que teve como seus principais articuladores os Deputados: Caíto Quintana e Aírton Cordeiro, naquela ocasião, colheu-se assinaturas, fez-se a proposição e foi criado na Casa o Bloco Parlamentar Agropecuário, que vem tendo ao longo deste período uma atuação significativa na defesa dos interesses maiores da agropecuária paranaense e brasileira.

Muitos poderiam perguntar: por que o Bloco Agropecuário se temos a Comissão Permanente de Agricultura? A Comissão Permanente de Agricultura, como todos nós sabemos, é uma Comissão que tem por finalidade principal a discussão dos assuntos de ordem técnica, mais o ponto de vista técnico dos assuntos da agropecuária. E o Bloco Parlamentar tem por finalidade uma discussão mais política das questões ligadas ao setor agropecuário, tanto é que fizemos acontecer diversos fóruns no interior do Paraná, viagens de trabalho a Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, Brasília, e entendemos nós e aqueles Parlamentares que renovam o seu mandato, e que participaram por longo período das ações do Bloco Agropecuário, podem testemunhar a importância de que se revestiu este instrumento que a Assembléia propiciou aos Senhores Deputados e que existe aqui na Casa há mais de quatro anos. Através da assessoria que temos no Bloco Agropecuário, estamos fazendo chegar às mãos de Vossas Excelências, um resumo bastante sucinto do que foi o Bloco Parlamentar nestes dias em que transcorreram nestes quatro anos. E queremos no próximo dia 27, às 10 horas, no plenarinho do subsolo do Edifício Tancredo Neves, promover uma reunião onde iremos esclarecer as finalidades dos trabalhos desenvolvidos pelo Bloco e queremos contar com a presença da maioria dos Senhores Parlamentares para que possamos, nesta Casa, que é de um Estado eminentemente agropecuário ainda, possamos ter nesta Casa, também, uma maioria parla-

mentar que defenda as coisas e as causas do meio rural paranaense.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Encerrado o Horário do Expediente, passamos ...

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, parece que Vossa Excelência, ou eu não ouvi, não teria chamado a Liderança do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Chamo a Liderança do PDT.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente e Senhores Deputados, que as nossas primeiras palavras sejam de saudação aos companheiros que pela vez primeira chegam a esta Casa, ocupando o cargo de Parlamentar, desejando a todos quatro anos de muito trabalho, de muita seriedade, e acima de tudo, de muito amor ao nosso Paraná, na defesa dos interesses do nosso Estado, independentemente da cor partidária.

Eu venho à tribuna, eu estava deixando para comentar o assunto mais adiante, a respeito da área da saúde, no Estado do Paraná, mas em função do pronunciamento aqui feito pelo Deputado Dr. Rosinha, também me sinto no dever de dar uma satisfação, em relação à Comissão Parlamentar de Inquérito, a qual eu tive a satisfação de presidir, nesta Casa, a segunda, que acabou apresentando a esta Casa um relatório dos mais completos, um relatório que mostrou a realidade da situação da Secretaria da Saúde, até então no comando o ex-Secretário Manoel de Almeida Neto; e foi, talvez, uma das poucas CPI's desta Casa que teve um desempenho realmente satisfatório.

Nós participamos de muitas CPI's aqui na Casa e lamentavelmente nem todas chegam àquele resultado que nós esperamos, porque afinal de contas, quando se forma uma CPI, é porque nós queremos, evidentemente, esmiuçar o problema, saber onde é que está o "furo", onde é que está a irregularidade. Mas, lamentavelmente, às vezes até por questões políticas estas comissões parlamentares de inquérito não chegam ao seu final. A nossa, felizmente, chegou. E nós tivemos todo o cuidado, exatamente em cima daquilo que disse o Deputado Orlando Pessuti: para não fazermos, já, um juízo antecipado do que vai o correr na CPI, em momento algum este Presidente ou os demais membros da Comissão Parlamentar de Inquérito vieram a este Plenário, durante o desenrolar da CPI, e até mesmo através da imprensa, dizer qualquer coisa, antecipar qualquer resultado ou dizer, a não ser os depoimentos que foram franqueados à imprensa, e que tiveram divulgação normal. Afora isto, nenhum membro da CPI foi à im-

prensa e veio a este plenário dizer o que é que estava acontecendo. Ficou livre, a imprensa, para dar as suas posições.

E aquela CPI, graças a Deus, chegou ao seu final apontando todas as irregularidades que foram levantadas, inclusive durante o período eleitoral. E um detalhe muito importante: aquela CPI, ela praticamente desenrolou-se durante o período eleitoral. No momento em que quase todos os Parlamentares estavam aqui na Casa, estavam na rua pedindo votos, em que todo o mundo se preocupava com as eleições, os membros, senão todos pelos menos alguns deles, permaneciam aqui, pelo menos duas vezes por semana, ouvindo os depoimentos e trabalhando em cima da CPI. Não nos preocupava, naquele momento, se estávamos ganhando votos ou perdendo votos. Estávamos aqui, cumprindo com a nossa obrigação. Por isso, aquela CPI isenta de qualquer paixão político-partidária, chegou ao seu final, mostrando um relatório fiel do que aconteceu e além do que corroborada esta CPI por dois inquéritos policiais, que foram abertos, na seqüência, na Polícia Federal.

Então, da nossa parte, com relação à segunda CPI, respondendo ao Deputado Dr. Rosinha, nós cumprimos a obrigação, a Assembleia Legislativa do Paraná, tenho a impressão, resgatou a credibilidade das Comissões Parlamentares de Inquérito. E eu dizia se aquele relatório não viesse a ser aprovado, não convidassem, não convidassem mais o Deputado Algaci Túlio para compor uma CPI; porque não podia admitir que um trabalho feito como foi feito nesta CPI, repito, isento de qualquer interesse político, partidário, porque além do que a CPI terminou depois das eleições, uma prova maior de que ela não tinha o interesse político, tinha acima de tudo o interesse de mostrar a realidade dos fatos.

E vejam os Senhores que o nosso relatório estava tão correto e tão certo que o próprio Governador, aliás, o relatório a Mesa encaminhou ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas, chegando nas mãos do Ministério Público, o que é que aconteceu?

Foi dada ampla e total divulgação do assunto, quando nós aqui também levamos à imprensa uma matéria dizendo do relatório e sequer recebeu dez laudas da nossa imprensa, lamentavelmente; no entanto, quando chegou às mãos do Ministério dois ou três dias depois, em cima o Governador tirou um grande proveito político, dizendo que estava caçando e cumprindo aquilo que ele havia prometido quando assumiu o Governo, de botar na cadeia e saía do Governo metendo gente na cadeia.

Só que o Governador, na primeira vez que foi à imprensa falar sobre a saúde pública do seu Estado, ele omitiu o nome do Ex-Secretário, somente depois quando o

Ministério Público se pronunciou é que apareceu o nome do Ex-Secretário Manoel de Almeida Neto.

Então, são esses pontos importantes que temos que destacar aqui, lamentando profundamente que às vezes por interesse político, assuntos tão importantes que esta Casa analisa, debate, aprova ou não aprova, infelizmente não merecem o mesmo tratamento lá fora. E todos nós sabemos, e eu sou da imprensa, nós sabemos que há um processo de censura, porque o Poder Público, lamentavelmente, no caso do Governador do Estado, não tem o monopólio da imprensa, com raríssimas exceções. Então, é difícil, às vezes um trabalho tão bom como esse que foi feito nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, receber o devido tratamento que devia receber no momento que se resgata a credibilidade de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Então, eu me senti na obrigação de vir à Tribuna aqui, eu estava preparando até um material mais detalhado com relação a saúde pública, os fatos que vêm acontecendo, mas de qualquer maneira eu já estou aqui dando uma satisfação aos novos Parlamentares de que a Comissão Parlamentar de Inquérito, a segunda, porque a primeira lamentavelmente tem certa razão até em determinado ponto o Deputado Rosinha, infelizmente por questões políticas ela acabou tendo praticamente toda ela foi destituída e colocado os novos Deputados, aí deu uma bagunça total que ninguém entendeu mais nada e a coisa acabou dando em nada.

Infelizmente, para o mal do Paraná, porque hoje está se constatando e o próprio Governo constata, e na época não havia o interesse de que isso aparecesse, hoje o Governo constata de que existem inúmeras irregularidades e se fizermos mais uma CPI aqui, ela vai apontar novamente resultado positivo em função dos desmandos que ocorreram dentro desta pasta. Queremos crer que agora, com o Doutor Sebastião Pimentel à frente desta Secretaria, nós possamos resgatar a idoneidade dos que lá trabalham e até mesmo por parte do Governo com relação ao trabalho que é feito na Secretaria da Saúde com respeito, crédito, com valorização; porque até então, com todo pesar, o Ex-Secretário Delcino Tavares deixou rastro, que lamentavelmente esta Casa teve a grande oportunidade e não pode mostrar, mas no segundo nós pegamos o pião pela unha.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Colaborando com o Deputado Algaci Túlio a Mesa informa que a conclusão da Comissão Parlamentar de Inquérito foi aprovada por esta Casa e a Resolução 1091, publicada no

Diário Oficial do Estado sobre número 3.435.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado José Colombino Grassano, na qualidade de Líder do P.L., constante do expediente, indicando o seu nome para compor a Comissão de Constituição e Justiça, desta Casa. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Orlando Pessuti, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando o nome dos Senhores Deputados que irão compor as Comissões Permanentes, desta Casa. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de Resolução de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Duílio Genari, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

INSTALAÇÃO DAS COMISSÕES

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento n° 032, da autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 018, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 019 de autoria do Senhor Deputado Alceu Swarowski, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 020 e 021 de autoria do Senhor Deputado Antônio Toti Colaço,

constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 022 de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 024, 025, 026, 034, 035 e 036, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 027 e 028, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 010, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

A Mesa anuncia a composição das Comissões Técnicas Permanentes da Assembléia Legislativa para as 1.^{as} e 2.^{as} Sessões Legislativas da 12.^a Legislatura, face ao quadro de bancadas, atendido ao disposto pelo Artigo 62, da Constituição Estadual, combinado com o Artigo 31 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Diz o Regimento Interno: "As Comissões Permanentes organizar-se-ão dividindo-se o número de membros da Assembléia pelo número de cada Comissão e o número de Deputado de cada Partido ou bloco parlamentar pelo quociente assim obtido, quociente final re apresentará o número de membros dos partidos ou bloco parlamentar, cujos nomes serão indicados pelos respectivos Líderes".

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA LÊ:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
N° DE MEMBROS - 15 (quinze) Deputados

a) - Cálculo do coeficiente para a C.C.J.
- n° de Deputados (54), (15) n° de membros
= 3.6 (coeficiente obtido).

b) Composição da C.C.J. por bancada com representação na Casa, obtém-se, através do n° de membros componentes das bancadas pelo coeficiente de 3.6

PARTI- DO	BANCA- DA	COEFICI- ENTE	RESULTA- DO	REPRE- SENTAÇÃO
PMDB	16	÷ 3.6	= 4.444	04 mem- bros
PRN	10	÷ 3.6	= 2.777	03 mem- bros
PFL	06	÷ 3.6	= 1.666	02 mem- bros
PDT	06	÷ 3.6	= 1.666	02 mem- bros

PSDB	05	÷	3.6	=	1.388	01 mem- bro
PTB	05	÷	3.6	=	1.388	01 mem- bro
PT	03	÷	3.6	=	0.833	01 mem- bro
PL	02	÷	3.6	=	0.555	01 mem- bro

PFL	06	÷	7.714	=	0,777	01 mem- bro
PDT	06	÷	7.714	=	0,777	01 mem- bro
PSDB	05	÷	7.714	=	0.648	01 mem- bro
PTB	05	÷	7.714	=	0.648	01 mem- bro

DEMAIS COMISSÕES - N° de MEMBROS- 07 (se-
te) Deputados.

a) - Cálculo do coeficiente: n° de Deputa-
dos (54) - n° de membros (07) = 7.714,
coeficiente obtido.

b) - Composição das comissões: n° de Depu-
tados componentes das bancadas - pelo
coeficiente obtido.

PARTI- DO	BANCA- DA	COEFICI- ENTE	RESUL- TADO	REPRESEN- TAÇÃO
PMDB	16	-	7.714 = 2.075	02 mem- bros
PRN	10	-	7.714 = 1.296	01 mem-

(*) - OBS- PT, PL e PSB - SEM REPRESENTA-
ÇÃO.

A Mesa vai encaminhar a todos os Se-
nhores Deputados xeróx dessa sua decisão.

A Mesa encarece às Lideranças para que
indiquem os membros das Comissões, teremos
prazo até sexta-feira.

Nada mais havendo a tratar, declaro
encerrada a presente sessão, marcando ou-
tra para quarta-feira, dia 20, à hora re-
gimental, ainda com instalação das Comis-
sões.

Levanta-se a sessão.